

Núcleo Trabalho e Educação do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Federal do Ceará — NTE/UFC

Center for Work and Education of the Doctoral
and Master's Degree program in Education at the
Federal University of Ceará – NTE/UFC

Ozir Tesser

Suzana Jimenez

Ana Dorta de Menezes

Sandra Felismino

Enéas Arrais Neto

Resumo

O texto que sintetiza as atividades do Núcleo de Trabalho e Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, centrado no projeto de pesquisa integrada encetado pelo Núcleo nos dois últimos anos, concentra o espectro das linhas de pesquisa fundamentais e das áreas de interesse e atuação dos pesquisadores docentes e discentes (mestrandos e doutorandos). Sintetizados sob o enfoque básico da análise da reestruturação produtiva capitalista, os estudos se concentram no desvendamento das novas formas assumidas pela reprodução social-metabólica do capital; no estudo dos processos políticos, educacionais em geral, e qualificacionais engendrados hegemonicamente a partir dessas novas formas; e das respostas articuladas pela classe trabalhadora em suas lutas anti-capital.

Palavras-chave: reestruturação capitalista, trabalho e formação humana, Trabalho e Educação.

Abstract

The text that synthesizes the activities of the Center for Work and Education of the College of Education of the Federal University of Ceará, based on the integrated project of research initiated by the center in the last two years, concentrates on the spectrum of fundamental research fields and areas of interest and performance of the faculty and student body (Doctoral and Master's Degree students). Summarized under the basic focus of the analysis of capitalist productive restructuring, the studies concentrate on the revelation of the new ways taken on by the social-metabolic reproduction of the capital and on the study of political, educational, and qualificational processes, which are hegemonically produced by these new ways and by the answers provided by the working class and their anti-capital struggles.

Key words: capitalist restructuring, work and human formation, work and education

Apresentação

A temática Transformações no Mundo do Trabalho e a Problemática da Formação Humana: Crise do Capitalismo, Relações de Classe e Processos Educativos constitui o eixo dos estudos e pesquisas do Núcleo Trabalho e Educação do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Federal do Ceará — NTE/UFC, o qual pretende aglutinar, de forma articulada, as produções sobre o trabalho e a formação do trabalhador realizadas pelos(as) pesquisadores(ras) do Núcleo e por duas entidades que perseguem interesses investigativos afins, que são: o Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário — IMO, da Universidade Estadual do Ceará, em convênio com a CUT — Ceará; e o Núcleo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisa e Extensão na Área do Trabalho — UNITRABALHO/UFC.

O NTE/UFC é um dos seis núcleos do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da UFC e, embora aberto a outros enfoques teórico-metodológicos, tem pautado seus trabalhos de pesquisa e estudos na perspectiva do materialismo histórico e dialético, no qual têm-se inspirado os mais importantes trabalhos nesta área de estudos, tanto no Brasil como

na comunidade científica internacional. A determinação e a conjugação de esforços dos pesquisadores(ras) que fazem essas três entidades vão tecendo os termos das investigações realizadas, que visam colaborar para o avanço da compreensão filosófica e sócio-política sobre a complexa relação Trabalho — Educação, sob o influxo da insuperável lição marxiana do conhecer para transformar.

O Núcleo busca conferir uma feição mais cooperativa ao processo de realização de trabalhos acadêmicos formais e, ao mesmo tempo, tenta salvaguardar uma relação efetiva entre teoria e prática, promovendo seminários junto ao movimento sindical e popular, por um lado, e ao sistema público de ensino médio e entidades envolvidas com formação profissional, por outro, para fins de socialização e discussão das questões levantadas nas pesquisas do grupo e suas possíveis implicações no campo da formação.

Pretende, outrossim, promover um intercâmbio sistemático com grupos de investigação voltados para preocupações afins, participando de encontros da ANPEd, ANPOCS, SBPC etc; convidando pesquisadores de outros programas para seminários ou outros eventos científicos promovidos pelo grupo de pesquisa e

troca de idéias através de discussões *on line*, dentre outros meios de comunicação interinstitucional e interpessoal.

Pressupostos teórico-metodológicos

A afirmação da centralidade do trabalho enquanto categoria fundante da realidade verdadeiramente humana é o fio que tece o pano de fundo sobre o qual se tramam as diferentes pesquisas esboçadas no Núcleo.

Destarte, pressupor a centralidade do trabalho no processo de produção da existência humana significa entender os fenômenos sócio-político-econômicos na contramão das teses que apostam, de uma só feita, no esgotamento da sociedade do trabalho — e nessa, da luta de classes — e na superação do legado marxiano para a compreensão da sociabilidade capitalista contemporânea.

A nova feição da sociabilidade engendrada pelo capital, resultante do acirramento das contradições do próprio capitalismo no movimento da luta de classes, colocou em marcha um longo processo de reestruturação efetivada no mundo do trabalho e na configuração do Estado, numa tentativa contínua de manter, ao mesmo tempo, o pólo de

exploração da mais-valia e o desenvolvimento das forças produtivas.

Tal processo de acumulação/reprodução absorve e cria mecanismos de valorização que favorecem tanto à centralização/concentração do capital como à vulnerabilização do trabalho assalariado, exposto permanentemente à ameaça da negação do seu valor de uso, o que, numa perspectiva mais dinâmica de longo prazo, tende a se revelar, objetivamente, para um amplo segmento da classe trabalhadora, num irremediável aprofundamento da exploração. Essa situação desigual de correlação de forças, presente nas condições de venda da força de trabalho, em meio às relações de trabalho que se precarizam no atual contexto neoliberal, subtrai e impossibilita o acesso a direitos econômicos (trabalho) e sociais (teto, terra, educação, saúde, lazer etc.), reafirmando em muitos países do mundo, a subdivisão da população excedentária indicada por Marx, no Livro Primeiro, Capítulo XXIII, de *O Capital*, A lei geral da acumulação.

Com efeito, as novas formas que assume a relação capital-trabalho nesse fim de século exibem-se a partir de um discurso peculiar, que impõe novos conceitos e categorias, como flexibilidade, qualidade total, competitividade,

polivalência... Proclama esse discurso da modernidade que a nova ordem mundial estaria engendrando relações não classistas, decretando o fim da sociedade do trabalho e a instauração da sociedade do conhecimento, face à reestruturação econômico-social e política dentro de uma nova base técnica instalada pelo alto desenvolvimento tecnológico.

Assim, a intelectualidade conservadora tem afirmado exaustivamente que as transformações operadas pelo avanço científico-tecnológico estariam engendrando uma nova sociedade, onde o trabalho perderia sua centralidade como criador de valor. Desta forma, perdendo o trabalho sua função de elemento estruturador da sociabilidade e de criação de valor, desapareceria esta sociedade do trabalho e com ela a classe trabalhadora enquanto tal.

Nesse contexto, apregoa-se, ademais, que o novo padrão produtivo neo-fordista, toyotista, volvoista estaria exigindo um novo trabalhador portador de inúmeras habilidades no campo da criatividade, flexibilidade, inventividade, dinamicidade, polivalência, abstração e raciocínio lógico, além da capacidade de trabalhar em equipe e adaptar-se a situações inusitadas. As novas

competências demandadas pelo perfil profissional exigido pelo mercado — mais como fruto de sua mistificação do que da realidade — seriam adquiridas através da educação básica, fundamental e profissional. O discurso hegemônico vincula a atual práxis do trabalho produtivo, inclusive o manual, ao saber intelectual, teórico. O ensino fundado nas competências requeria uma nova pedagogia, a partir da qual a educação básica subsidiada pela profissional constituiria atributo imprescindível à formação dos trabalhadores, adquirindo relevância crescente no discurso acadêmico, empresarial e de alguns setores do operariado.

Na perspectiva deste Núcleo, contudo, a afirmação de que as tendências atuais estão marcadas pela oposição entre a sociedade do trabalho, tomada como característica do passado próximo das sociedades industriais, e a sociedade do conhecimento, como o perfil da sociedade que se delineia daqui para a frente, baseada na microeletrônica, na informatização acelerada de todos os processos econômicos e sociais, exige reparos importantes.

Acatando o pressuposto de que esse processo de reestruturação produtiva é

parte constitutiva do projeto global de reajuste do capitalismo mundial diante de suas sucessivas crises resultantes da luta incessante entre capital e trabalho, nosso ponto de partida é a crise mundial do capitalismo a partir dos anos setenta. Tal crise tem sua gênese na insuficiência do modelo taylorista-fordista, vigente, pelo menos, no último meio século, de atender às novas exigências de produção e consumo do mercado. Tal insuficiência está acoplada à incapacidade do Estado do Bem-estar Social, ou Estado Assistencial, de continuar financiando a acumulação privada, através do fundo público, e manter, ao mesmo tempo, as políticas sociais de reprodução da força de trabalho.

Ressalte-se que toda a história da evolução humana é marcada por rupturas importantes das forças produtivas, oriundas do espírito inventivo e criativo do homem. Hoje, de forma mais acelerada e mais radical, a humanidade dispõe de meios de domínio e transformação da natureza e dos espaços sociais de convivência humana. As transformações da atividade humana, decorrentes do avanço das forças produtivas, apresentam como horizonte da evolução da história humana a possibilidade de desvencilhar-se das amarras que ainda confinam a

humanidade a condições de vida e de trabalho presas ao dispêndio importante das energias físicas e psicológicas. Vislumbram-se, pelo aporte transformador das novas tecnologias, avanços importantes que poderão modificar radicalmente as condições e o próprio esforço laborativo do homem, podendo tornar a atividade humana, portanto, o trabalho, mais próxima das faculdades mais características da espécie humana. Isto não significa a descentralidade do trabalho, mas sua transformação.

Tais transformações, contudo, não podem ser explicadas sem que se leve em conta a dimensão dos antagonismos de classe. Portanto, esse discurso do fim da sociedade do trabalho esconde, em suas dobras, aspectos ideológicos que buscam ocultar, sob o manto do consenso e do entendimento, os conflitos de classe que marcaram a sociedade do trabalho e continuam marcando a assim dita sociedade do conhecimento.

Outro aspecto, não menos ideologicamente falseador, embutido nessa tese, consiste na aparente convergência, ou no discurso consensual entre a direita e a esquerda, sobre a importância da educação. O ingresso na (assim dita) sociedade do conhecimento é feito através da educação, que aparece

como a panacéia de todos os males sociais. Tende-se, então, a atribuir a ela a solução de todos os problemas e, o que é mais dramático, a responsabilizar aqueles que não a possuem pelo fato de se encontrarem excluídos ou em dificuldades na sociedade assim concebida.

Contrariando as premissas inconsistentes e o tom apologético de tal discurso, refuta-se a naturalização do caráter profundamente excludente e antidemocrático da reestruturação do modo de produção capitalista em função do desenvolvimento tecnológico em si, em cuja lógica, incansavelmente decantada pelas forças dominantes, os processos de inclusão e exclusão decorreriam diretamente do nível de qualificação e competência do trabalhador.

Refuta-se, sobretudo, a tese da ausência de alternativas radicais ao todopoderoso capitalismo globalmente dominante, segundo a qual restaria ao trabalhador tentar, nos pequenos espaços em que nos movemos quotidianamente, negociar dentro da ordem para evitar maiores perdas, postura da qual, como é sabido, o próprio movimento sindical não tem conseguido escapar plenamente.

Considera-se da maior importância que os estudos acadêmicos não deixem na obscuridade esperanças, ainda que

remotas, de construção de uma sociedade radicalmente nova, bem como os caminhos para atingi-la. O fato de que este objetivo não esteja em pauta, ou, dito de outro modo, não faça parte da agenda atual das preocupações sindicais ou político-sociológicas, não significa que questões relativas à transformação social deixem de merecer estudos aprofundados.

As posições teórico-políticas que atravessam a rica pluralidade de investigações abrigadas no Núcleo demarcam uma clara contraposição às teses neoconservadoras que povoam o cenário neoliberal, que, definindo o mercado como sujeito regulador dos processos educativos, agudizam a concepção dualista, meramente instrumental, da formação humana. Defende-se, ao contrário, uma educação omnilateral, coerente com as possibilidades do desenvolvimento e os interesses emancipatórios do gênero humano.

Em sintonia com os pressupostos teóricos adotados, compreende-se que as mudanças técnico-organizacionais não induzem a uma elevação significativa e generalizada da qualificação média da força de trabalho. Ainda por cima, a reestruturação do capital agudiza a dicotomia qualificação-desqualificação, a

qual se manifesta na existência de um pequeno grupo de operários capacitados e um grande número de trabalhadores desqualificados descartáveis, fenômeno generalizado tanto nos países centrais como nos periféricos. Por outro lado, o segmento desqualificado, majoritário na classe trabalhadora, encontra-se fragilizado em seu poder de barganha, seja em função das pressões estruturais do desemprego, seja pela inoperância dos movimentos políticos contra-hegemônicos descaracterizados e/ou enfraquecidos pelas ações políticas neoliberais, garantidoras do processo de reposição da hegemonia burguesa.

A urgência de uma análise crítica desveladora dessa realidade, de aparência hegemonicamente consensual, impõe o esforço e o rigor do conhecimento das contradições do modelo capitalista e os elementos específicos dessa formação social. A inquietação ante a naturalização artificial da nova conformação do real emerge desse próprio real pela brutal violência, pelo autoritarismo, pela dominação e pela exploração, negados mas não abolidos, que nos remetem forçosamente à pesquisa e à sistematização de um conhecimento que subsidie a superação possível do caos vivido, embora ainda não plenamente compreendido.

Finalizando, o número de questões e problemas elencados, que dizem respeito a um diagnóstico sobre as tendências da sociedade capitalista no atual momento, traz uma série de outros questionamentos que envolvem justamente as reações esboçadas pelas classes subalternas a esse projeto hegemônico ora em curso. Portanto, um expressivo bloco de estudos e pesquisas diz respeito à problemática com a qual se defronta a classe trabalhadora e suas organizações. E, nesse contexto, não se pode deixar de destacar o papel representado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST no cenário das lutas de classe no país, ao longo dos últimos quinze anos. Através do MST, ressurge a luta dos trabalhadores do campo, que, na concretude cotidiana das ocupações da terra, praticam a desobediência civil, a resistência, o confronto. Repõe-se, assim, no seio da ação organizada dos trabalhadores, a centralidade do movimento de base, da luta social, corretamente subordinando a esta a ação institucional. Fonte de inspiração para a esquerda sindical, como bem aponta Antunes, a experiência do MST tem possibilitado visualizar a retomada de ações sociais de massa no Brasil, sob a égide da necessária contestação à lógica do capital.

É, portanto, no espaço da contradição do real, claramente destoante da falácia do desaparecimento ou da latência da luta de classe, que se inserem as problematizações balizadoras das pesquisas aqui apresentadas, cujos objetivos confluem para a organização e a educação dos trabalhadores.

Objetivos e organização das pesquisas

As pesquisas estão agrupadas em três grupos de investigações correspondentes a três subtemas fundamentais — 1) Reflexões sobre a Crise da Sociedade do Trabalho e sobre os Processos de Formação Humana; 2) Estado, Políticas Públicas, Trabalho e Educação; e 3) Luta de Classes, Organização e Educação dos Trabalhadores — que cobrem uma gama de dimensões sugeridas pela temática central. Cada subgrupo persegue, assim, um conjunto de objetivos específicos, que correspondem, a rigor, às pesquisas que deverão resultar daquele subgrupo, na forma de artigos, dissertações de mestrado ou teses de doutorado.

Apresentam-se, abaixo, a configuração e os objetivos de cada um dos três subgrupos.

Subgrupo 1: Reflexões sobre a Crise da Sociedade do Trabalho e sobre os Processos de Formação Humana

Esse subgrupo agrega aquelas pesquisas que guardam um cunho mais propriamente teórico-bibliográfico, isto é, que pretendem aprofundar o exame filosófico-pedagógico de conceitos ou categorias básicas pertinentes à análise da chamada crise da sociedade do trabalho, tomando o trabalho como princípio fundamental dos processos de formação humana.

Nessas pesquisas, o marxismo comparece à mesa do debate contemporâneo acerca da alegada crise daqueles paradigmas que insistem na pertinência da relação singularidade-totalidade para a compreensão do fenômeno social. Dito de outro modo, pretende-se, como elemento inicial dessas pesquisas, aprofundar o referencial teórico marxista na leitura da realidade contemporânea, o que implica confrontar a análise basilar de Marx acerca do processo de produção e reprodução do capital com os elementos e processos do capital mundializado.

Assim, alguns estudos tratam diretamente do confronto de interpretações entre o marxismo, tomado,

fundamentalmente, como uma ontologia, e seus questionadores contemporâneos, defensores das teses do fim da história, das ideologias, do trabalho, da luta de classes; dentre os quais, vimos privilegiando Jürgen Habermas, Claus Offe e André Gorz. Questionam-se esses chamados novos paradigmas no esforço de desvelar seus equívocos teóricos e riscos políticos. Nesse sentido, tenta-se resgatar, no âmbito da teoria marxista, interpretada vastamente com o apoio do aporte lukacsiano — tomando-se em conta, ainda, a contribuição de Gramsci, acolhida por vários dos pesquisadores(as) ligados ao Núcleo — as categorias consciência e luta de classes.

Por conseguinte, o grupo busca, no estudo da ontologia marxiano-lukacsiana, os elementos necessários à compreensão da permanência do trabalho como elemento nuclear da produção e reprodução sociais. Entendendo a relação capital x trabalho como fundante da sociabilidade atual, trata da relação entre alienação e estranhamento enquanto momentos objetivo e subjetivo da subsunção do trabalho ao capital, manifesta através da imbricação mesma entre sujeito e objeto da produção social e, ainda, da relação entre objetividade — subjetividade e teleologia — causalidade

como componentes inarredáveis da ação histórica humana.

Este subgrupo tem por objetivos:

- explicitar o estranhamento como fenômeno histórico-social, situando a gênese deste fenômeno no processo de trabalho e indicando de que forma este se manifesta no modo de produção capitalista, particularmente, em sua forma contemporânea de ser;
- analisar a categoria trabalho como princípio educativo;
- apontar os elementos fundamentais para a crítica à tese da dissolução da centralidade do trabalho e da luta de classes no momento atual da sociabilidade capitalista;
- detectar as bases dominantes de apreensão dos fenômenos sociais em que a produção científica sobre o trabalho se vê conflitada;
- analisar os processos deflagrados pelo capital mundializado (mercado e produção mundiais, desemprego estrutural, transferência industrial, nova divisão internacional do trabalho, financeirização do capital, entre outros) como desdobramento das tendências permanentes da reprodução do capital, construindo, ademais, a crítica das perspectivas

críticas não-radicais na leitura dos fenômenos e na indicação de alternativas sócio-políticas;

- refletir sobre as relações de gênero no processo de reestruturação do trabalho, apontando as formas singulares de exploração no mundo do trabalho concernentes à questão de gênero;
- analisar, a partir da perspectiva marxiano-lukacsiana, a correlação entre o processo de individuação e reprodução social na construção de uma nova sociabilidade humana;
- formular novas perspectivas para o processo educativo no horizonte da emancipação do gênero humano, superadoras, portanto, das propostas centradas na teoria do capital humano e/ou inspiradas no humanismo ingênuo.

Subgrupo 2: Estado, Políticas Públicas, Trabalho e Educação

Também a partir dos pressupostos básicos acima enunciados, um segundo grupo de investigações enfoca o ponto de vista dominante sobre a relação trabalho — educação, oficializado nas políticas estatais, examinando, então, a natureza e os impactos das atuais reformas

administrativas de que tem sido vítima o povo brasileiro, sobre as políticas públicas, particularmente, a política educacional em geral e de formação profissional dos trabalhadores, detendo-se sobre as premissas teóricas que embasam tais políticas, suas formas de financiamento e seus vínculos com as novas estruturas do mercado de trabalho.

As investigações desenvolvidas a partir desse subtema tomam como objetivos:

- analisar a nova configuração do ensino médio determinada pela LDB 9394/96 e suas implicações para a formação do trabalhador aluno, especificamente com relação à escola noturna;
- analisar o comportamento das receitas e gastos com o ensino fundamental no Ceará, a partir das reformas em curso no Estado brasileiro, em suas relações com o contexto mundial marcado pelas políticas neoliberais;
- analisar a política de formação docente posta em prática pelo governo do Estado do Ceará para adequar-se aos novos parâmetros legais, buscando identificar o desdobramento dessa política em convergência com a ideologia e os interesses do empresariado local;

- identificar as funções que historicamente vêm modelando as políticas sociais voltadas para o mundo do trabalho nas economias capitalistas, analisando, a partir dessa referência, as premissas teórico-conceituais em que se pautam as políticas públicas de educação profissional e geração de emprego e renda no Brasil, consolidadas no Plano Nacional de Formação Profissional — PLANFOR e Programa de Geração de Emprego e Renda — PROGER, respectivamente;
- analisar, a partir do PLANFOR (1996 — 1999), as correlações estabelecidas entre trabalho, educação, globalização e reestruturação produtiva, apresentando as grandes linhas da avaliação dessa política pública;
- analisar a formação do trabalhador tomando como eixo central o manejo do conceito de empregabilidade por parte das empresas em seus programas de qualificação profissional.

Subgrupo 3: Luta de classes, Organização e Educação dos Trabalhadores

Um terceiro conjunto de estudos volta-se para o ponto de vista dos trabalhadores, a contrapartida esboçada pelos trabalhadores em termos de sua

organização, luta e educação, em conjunção com a análise do próprio processo de desestruturação da vida do trabalhador decorrente dos fatores indicados aqui.

Merecem especial atenção, nesses estudos, os impasses e desafios que se apresentam ao movimento organizado dos trabalhadores no presente contexto. Privilegia-se, aqui, a relação entre organização e educação do trabalhador / entre a ação sindical e a causa da escola pública. Com particularidade, debruça-se sobre as principais polêmicas em torno da política de formação sindical e profissional adotada pela CUT, do ponto de vista da participação desta no espaço tripartite de gestão da formação profissional em conformidade com as deliberações governamentais; das concepções teóricas que informam tal política; e das iniciativas no campo da prática, na forma de programas de qualificação profissional desenvolvidos por federações ou sindicatos vinculados a esta Central.

Constituem-se, outrossim, importantes objetos de estudo nesse grupo, o Sindicato Unificado dos Trabalhadores em Educação — SIND-UTE, o qual, além de congrega profissionais da educação, vem

defendendo posições opostas às políticas oficiais da CUT; e a experiência educacional levada a efeito pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) em articulação com a luta pela reforma agrária.

Especificamente, o grupo tem como objetivos:

- contribuir para a desmistificação do discurso quanto à necessidade da elevação da qualificação profissional como exigência das novas tecnologias, com base na análise dos processos desestruturantes do mundo do trabalho e da vida dos trabalhadores, decorrentes da introdução de mudanças de caráter técnico-produtivo e/ou organizacional no processo de produção capitalista;
- avaliar até que ponto a formação da consciência de classe do trabalhador permanece como referência na práxis sindical cutista contemporânea, mormente, no campo da formação sindical;
- avaliar a política de qualificação profissional adotada pela CUT do ponto de vista de sua inserção nos fóruns tripartites de gestão da formação profissional; da orientação político-pedagógica emanada de suas

escolas oficiais de formação; das concepções presentes nas iniciativas sindicais e dos impactos dos programas desenvolvidos sobre a prática sindical e as condições de trabalho e emprego de seus egressos;

- investigar as realidades múltiplas, contraditórias e historicamente determinadas pela ação sindical na conquista de melhoria da sociabilidade e formação do trabalhador-aluno das escolas públicas noturnas do Estado do Ceará;
- investigar o espaço que o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação ocupa no contexto de crise do capitalismo e de destruição das conquistas sociais a partir do delineamento das estratégias de organização e luta assumidas por esse sindicato em defesa da educação;
- avaliar a proposta educacional do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) como elemento imprescindível à luta pela reforma agrária sob a gestão dos trabalhadores; contrapondo a esta, a política oficial representada pelo Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária — PRONERA.

Equipe de trabalho*Coordenação do Núcleo:*

Sandra Cordeiro Felismino

Corpo docente:

Sandra Cordeiro Felismino, Doutora em Educação, Coordenadora do Núcleo Trabalho e Educação.

Ozir Tesser, Doutor em Sociologia, com Pós-Doutorado e membro da UNITRABALHO/UFC.

Susana Vasconcelos Jimenez, Doutora em Educação, com Pós-Doutorado, diretora adjunta do IMO — UECE/CUT.

Roberto Smith, Doutor em Economia, com Pós-Doutorado em Paris XIII com Pierre Salama.

Ana Maria Dorta de Menezes, Doutoranda em Educação.

Enéas de Araujo Arrais Neto, Doutor em Educação.

Gustavo Alberto Pereira de Moura, Doutorando em Educação.

Sérgio Lessa, Doutor em Filosofia e professor da Universidade Federal de Alagoas.

Francisco José Soares Teixeira, Livre Docente em Filosofia e professor da Universidade Estadual do Ceará.

Representação estudantil:

Clarice Gomes Costa, mestranda.

Epitácio Macário Moura, doutorando.

Mestrandos e Doutorandos:

Angélica Maria Pinheiro Ramos, Antônio Carlos Ferreira Bonfim, Betânia Moreira de Moraes, Cleide Quevedo Quixadá Viana, Cristiane Orfírio de Oliveira, Elisabeth Bezerra Furtado, Eleazar Castro Pibeiro, Elenilce Gomes de Oliveira, Elvira Sá de Moraes, Erasmo Miessa Ruiz, Fátima Nobre Lopes, Helena Selma Azevedo, Isaías Batista de Lima, Josania Lima Portela, Josefa Jackline Rabelo, Lídia Maria Pinto Brito, Liduína Benigno Xavier, Magna Coeli S. Galas, Manuel José P. Fernandes, Marcelo Santos Marques, Maria das Dores M. Segundo, Maria do Socorro C. Maciel, Maria Geovania B. Sales, Maria Gerlaine B. Amaral, Maria Sonia G. do Nascimento, Mônica Duarte Cavaignac, Mônica Mota Volker, Osterne Nonato M. Filho, Raquel Dias Araújo, Sandra Helena L. Moreira, Zuleide Fernandes Queiroz.